

SEXO E GÉNERO

Algumas notas epistemológicas para a análise da mentalidade no século XIX¹

Ana Maria Costa Lopes

Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa

Resumo A investigação centra-se no séc. XIX mas considera indispensáveis os conceitos actuais de sexo e género para compreender as categorias de mulher/homem em termos culturais. Privilegiando a análise do discurso feminino e centrando-se nas fontes oitocentistas disponíveis, o artigo faz um levantamento de alguns aspectos ligados ao sexo e ao género no campo da educação e da vida intelectual da mulher. Obedecendo a um critério cronológico — de 1849 até final do século — a investigação mostra como se constrói lentamente a diferença sexual progredindo de uma visão biológica para uma outra, cultural e social, actualmente aceite. Em Portugal, no séc. XIX, há mulheres que se assumem como intelectuais e vivem dessa profissão, contrariando a cultura do seu tempo.

O século XIX é, em Portugal, cheio de contradições e contrastes. Das múltiplas questões que coloca, quisemos verificar, por um lado, até que ponto o homem e a mulher oitocentistas lutaram pela paridade sexual e social em campos tão específicos como o intelectual e o educativo. O destaque posto na diferença de atitudes dará a compreender o modo como os dois sexos eram encarados no quadro das categorias oitocentistas da construção da identidade, e também a maneira como se foi lentamente desconstruindo a diferença sexual. Para tal, não separámos os conceitos de género e sexo; antes pelo contrário, operámos uma espécie de “miscigenação” entre ambos fazendo jus teórico à passagem cronológica de uma visão biológica, mais comum, para uma outra, cultural e social, actualmente aceite. A análise da documentação sobre a qual se vai debruçar este trabalho mostrará algumas das concepções acerca do sexo existentes na época de oitocentos e nos tempos actuais, sobretudo a partir de 1970. Destas será, no entanto, dada uma perspectiva muito sumária.

Este trabalho é uma análise parcial de uma realidade documental portuguesa muito vasta. Incide sobre materiais recolhidos em periódicos femininos de 1849 a 1869. Privilegiámos o discurso feminino não só por ainda estar insuficientemente investigado e, por isso, ausente muitas vezes da reflexão histórica, social e política, mas também porque, através dele, se poderão corrigir certas ideias preconcebidas. Poremos em evidência o procedimento de algumas mulheres que entraram nesse processo e nele se distinguiram de forma invulgar para a altura. O comentário obedecerá a uma ordem cronológica, de maneira a fazer ressaltar melhor os problemas.

Convirá ainda acrescentar que nos concentrámos mais na classe média ou alta, por ser aquela que mais facilidade tinha em aceder à educação e, portanto, a que tinha possibilidade de exprimir por escrito o que pensava. É, com efeito, sobre as suas opiniões e conceitos que, afinal, todo este trabalho essencialmente se debruça. Mas não procederemos a uma tentativa da compreensão das classes e das suas diferenças, porque isso nos levaria para um caminho bem mais longo e complexo, aqui sem justificação alguma.

1 As concepções biológicas e culturais

Para compreender como a percepção cultural da categoria mulher/homem tem variado em função do tempo e do espaço é indispensável ter presente os conceitos actuais de sexo e género: o primeiro mais ligado a questões de natureza biológica, o segundo a concepções culturais. Como se sabe, a compreensão e 'descodificação' destes conceitos está associada a duas épocas: antes e após o feminismo. Apesar desta investigação se concentrar apenas na época de oitocentos, considerámos fulcrais aqueles desenvolvimentos teóricos por nos abrirem novas perspectivas para a compreensão destes problemas.

Muitos dos conceitos utilizados apenas se desenvolveram no século XX e alguns deles bem recentemente, na década de 70. Porém, certas questões já tinham sido a floradas e discutidas no século XIX, ou mesmo levantadas em séculos anteriores, de maneira menos clara ou fundamentada teoricamente. Basta recordar a contribuição de Mary Wollstonecraft² nos finais do século XVIII, de John Stuart Mill,³ no seguinte, para o progresso de novas concepções sobre a mulher e, acima de tudo, para a consciencialização das capacidades femininas.

Os estudos oitocentistas de cariz sociológico ou antropológico, que poderiam ter ajudado a compreender melhor a mulher e a sociedade, ainda estavam numa fase bastante incipiente. A visão dos cientistas e intelectuais era, como não poderia deixar de ser, diferente da de hoje; melhor, era mais limitada e androcêntrica.

A perspectiva feminina dos problemas que começou a olhar os dois sexos de uma maneira nova desenvolveu-se sobretudo no século XX. Na verdade, parece que só quando a realidade social da mulher mudou é que se começaram a estudar seriamente as questões do género, alterando-se então as representações sociais acerca dela. Durante muito tempo, quando se analisavam matérias científicas (biológicas, médicas), religiosas, étnicas, históricas, etc., os resultados eram sempre apresentados no masculino, sem diferenciação sexual. O feminino vinha por acréscimo. Com o estudo do género, as duas categorias homem/mulher começaram a ser consideradas separadamente em análises de diversa ordem como, por exemplo, as que se referem à condição feminina e seus papéis sociais e intelectuais.

No século XIX com o feminismo e, mais tarde, no nosso, estas concepções biológicas constituíram pomo de discórdia com pertinentes discussões abrindo novas perspectivas sobre a situação da mulher, bem como sobre a sua 'reabilitação' e valorização. Graças ao estudo do género verificou-se a inexistência de paradigmas exclusivos e permanentes. Cada uma das categorias do género e sexo pode

revelar para cada um dos sexos uma série de concepções que estão ligadas ao corpo e à mente e têm aplicabilidade social. Por associação, os conceitos de género e sexo permitem a construção e a desconstrução diacrónica e sincrónica de outras categorias para além da de homem/mulher, como por exemplo, natureza/cultura, privado/público, etc. Como refere Henrietta L. Moore, "A oposição entre o 'doméstico' e o 'público', é semelhante à de natureza e cultura, derivando em última instância do papel da mulher enquanto mãe e responsável pela criança e pela prole. As categorias 'doméstico', e 'público' articulam-se num esquema hierárquico."⁴ Segundo Raquel Osborne, esta forma dicotómica de ver o mundo provocava uma visão essencialista dos sexos: "As dicotomias absolutas que muito facilmente se tornam em prescrições para ambas as partes implicadas, não surgem isoladamente, encontram-se insertas num sistema mais amplo de oposições e mandatos que as legitimam."⁵ Melhor dizendo, elas reflectem as fronteiras impostas à mulher por uma espécie de determinismo biológico, enquanto para o homem são um passaporte vitalício de ilimitada liberdade no espaço e no tempo.

As diferentes constatações e teorizações referentes ao sexo e ao género tornaram a mulher visível, isto é, contribuíram para reconhecer que a história da humanidade não deveria estar escrita e pensada apenas no masculino. Levaram ainda a compreender melhor não só os papéis femininos nas diferentes sociedades, tendo em conta as suas características e padrões diferenciados, mas também os conceitos pelos quais se gerem, e ainda as classes a que esses papéis estão associados. Mas deram também a entender que há uma série de factores, para além do biológico, que podem condicionar o relacionamento paritário entre os sexos. Na verdade, as grandes diferenças existentes entre os dois sexos fizeram que um deles tivesse tido um lugar privilegiado na sociedade, enquanto que o outro se reduzia ao lugar, sempre inferior, que lhe impuseram. Não foi tarefa fácil fazer perceber ou interiorizar que as estruturas sociais ligadas a estas concepções tinham graves desequilíbrios e que era necessário promover a igualdade de funções e direitos quando as capacidades e as competências eram iguais. Provar que a exclusão feminina de determinadas esferas intelectuais, científicas ou profissionais não tinha razão de ser, foi um processo muito lento e penoso. Os desenvolvimentos que a seu respeito se verificaram a partir do século XIX, deram origem a uma outra era de luta pela igualdade e pela justiça.

Levantam-se, deste modo, uma série de questões que se prendem, por exemplo, com a identidade masculina e feminina, com as formas de poder e sujeição, com os papéis sociais da mulher e seus múltiplos desempenhos na vida cultural, económica, política e familiar.

Pode-se dizer que durante o século XIX a mulher vai adquirindo uma nova identidade, pesem embora os preconceitos sexuais da época, como se constatará nos exemplos adiante apresentados. Num século em que, em Portugal, a alfabetização feminina era diminuta e, para muitos, inaceitável, surgiam mulheres que se assumiam declaradamente como intelectuais. Algumas viviam mesmo desta actividade. Contrariando as expectativas masculinas conservadoras, partilhadas de resto pela quase maioria das mulheres, estas precursoras lutaram por posições avançadas para o tempo, preanunciando conquistas só ocorridas no século actual.

O discurso erudito sobre a diferença sexual fundamentado por teorias e concepções biológicas que secundarizavam física e mentalmente o sexo feminino e valorizavam logicamente o masculino, teve durante séculos, muitos apoiantes. De entre eles se destacaram médicos, legisladores, filósofos, políticos, religiosos, e educadores.

No século XIX, muitos dos que estavam ligados a actividades de natureza científica e política não tinham uma mentalidade diferente dos menos informados. Ainda se defendia então que a humanidade era composta por duas subespécies, uma masculina, outra feminina, com o seu próprio funcionamento psicológico, moral e intelectual, com os seus próprios valores e leis inconfundíveis. A diferença dos cérebros ou das hormonas femininas serviu para justificar e legitimar a 'evidente' inferioridade física, psicológica e intelectual das mulheres.

Esta mentalidade, difícil de mudar, era fruto do espírito do tempo. Para além de ser nítida a explicação das diferenças sexuais pela biologia, os casos raros de mulheres que se destacavam do imobilismo geral eram considerados, por muitos, como mulheres-homens. Tudo parecia servir para as 'desclassificar' e desacreditar, reduzindo ou anulando totalmente as suas capacidades intelectuais. Tudo contribuía para manter ou acentuar os seus papéis sociais, ligados à capacidade reprodutora e às tarefas dela decorrente.

Contra muitos discursos científicos, pseudo-científicos e comuns que se encarregaram, durante o século XIX, de confirmar ou propagandear estas teorias, autores houve que, com maior ou menor ousadia foram expondo ideias diferentes, tendo umas que ver com a parte mais biológica e outras com aspectos ligados à formação e à afirmação intelectual feminina. Reflectem a mentalidade da época. Neste contexto, destacaremos algumas personalidades que reflectiram sobre a educação feminina e a sua independência e afirmação intelectual, social e profissional.

A apresentação personalizada das questões através de textos por elas produzidos tem diversas vantagens. Permite identificar imediatamente o modo como são encarados alguns problemas do género e do sexo no período escolhido, vindo ao de cima os conteúdos proibidos ou permitidos, e problematizando mais claramente as questões em causa. Tal processo permite simultaneamente fazer jus a quem ousou contrariar as concepções impostas pela sociedade, principalmente às mulheres. Isto porque, se já era uma afronta deixar a vida privada e expor-se ao público, ainda o era mais manifestar ideias subversivas, verbalmente ou por escrito, porque tudo devia estar submetido à uma moral sobre-determinada pelo género. Na verdade, a imagem da moralidade feminina corria riscos quando a mulher se aventurava por territórios masculinos, deixando de dar atenção ao lar e envolvendo-se na vida pública.

2 Antónia Pusich e Francisca Wood

Destacamos deste século XIX duas figuras femininas relevantes Antónia Pusich (1805-1883) e Francisca Wood (? — ?)⁶ que, apesar da sua importância, muito

depressa desapareceram no tempo, sem que mesmo as gerações vindouras, por exemplo, a de 70, as mencionasse. Ambas marcaram a diferença e ambas traíram as habituais convicções conservadoras do seu tempo, quer pelo tipo de vida pessoal e intelectual que levaram, quer pela intervenção bem sucedida conseguida a vários níveis em feudos masculinos. Mas não tiveram a projecção merecida, provavelmente porque os condicionalismos de diferenciação sexual de então e as suas posições arrojadas levaram os intelectuais a isolá-las. Vejamos mais em pormenor algumas das suas posições.

A múltipla actividade intelectual de Antónia Pusich desenvolveu-se principalmente a partir de 1841. Distinguiu-se como "jornalista", talvez a primeira do século XIX, redigindo e dirigindo (coisa raríssima na época) alguns periódicos⁷ como *A Assembléa Litteraria*, *A Beneficencia*, *A Cruzada*. Ousou expor as suas ideias nestes vários espaços que para si criou, tendo pertencido ao ciclo de Castilho. Fez-se propagandista, nestas revistas, do célebre método de leitura repentina, muito divulgado e apoiado na altura. Tinha posições políticas que mereceram a apreciação favorável de D. António da Costa que não se coibiu de dizer: "Por mais de uma vez em assembléas publicas, onde se discutiam interesses da Patria, expendeu convicções por modo tão digno, que recebeu sinceros applausos".⁸

A preocupação com a defesa da educação e com a afirmação feminina em diversas áreas do saber e da vida social, tabu ainda durante muitas décadas, é uma constante dos seus escritos. De facto ela considera que se estava "N'um paiz, onde a civilização começa apenas a raiar, onde as mulheres não encontram nas autoridades a protecção, que em paizes mais civilizados se lhes ministra, facultando-lhes os precisos meios d' instrucção e de engrandecimento, por acções que constituem a gloria de um povo".⁹

Fugindo às temáticas que eram comumente reservadas às mulheres, trata de uma questão muito relevante para o estudo do género, o problema da posição e da função de escritora e de jornalista. Estas actividades intelectuais e profissionais eram praticamente inexistentes, na altura, no feminino. É também como jornalista e defensora da paridade sexual que age quando na sua revista *A Assembléa Litteraria*, "[Ergue] a voz em favor da illustração feminil, sustentando [...] a liberdade intellectual de que por tantos seculos temos sido barbaramente privadas, e a que temos sagrados direitos como os homens".¹⁰

Nesta publicação, em 1850, demonstra ter uma consciência muito aguda desses problemas. Coloca-se ao mesmo nível dos seus colegas jornalistas e escritores. Raciocina sobre a actividade intelectual, sobre o tipo de pessoas que a exercem, e sobre a situação no país, independentemente das especificações sexuais que habitualmente determinavam quem, o que e onde escrevia. Define a missão do verdadeiro e autónomo escritor público como "a mais sagrada e gloriosa, a mais arriscada" de todas. Destaca nela os aspectos humanos e morais: "Moralisar e illustrar os povos, purificar a sociedade dos erros que a damnam, desterrar os abusos patenteando-os com próvas authenticas: defender o fraco e o innocente contra as oppressões do forte e do perverso; exaltar a virtude, deprimir o vicio; e finalmente desligar-se de todas as terrenas considerações para conservar illeso o seu nome, livre e independente a sua penna;

ensurdecedor às vozes do interesse, e até mesmo às do coração... é sem dúvida tremendo encargo!...".¹¹

Quando se refere às dificuldades do homem e da mulher no exercício destas funções jornalísticas, faz ressaltar de maneira específica as da mulher, não para a inferiorizar, mas para enfatizar o seu valor, negando assim as habituais convicções sexistas. Pusich parece ter uma preocupação constante: a de dar a entender que, quanto ao aspecto intelectual o homem e a mulher se equivalem. Quanto às fragilidades de ambos apenas se refere às físicas, considerando que as femininas são maiores do que as masculinas. Refere em especial o carácter árduo da profissão de mulher jornalista e da coragem de o ser: "Se os homens precisam de ter um escudo de diamante, um braço vigoroso, um animo superior e inabalável; como poderá uma Senhora triunfar em lide tão afanosa?!...E todavia é mister não vacillar!...Começada que seja a empresa devemos leval-a ao fim sem desaire! Faltar-nos-hão as forças físicas, talvez, mas o valor e a razão sobram-nos; e se em meio da lucta se esvaecer a vida, resta-nos a consciencia das acções que praticamos; resta-nos a gloria dessas mesmas acções, e a verdadeira gloria é tudo para nós!"¹²

Dá, em seguida, um exemplo concreto da actividade que exerce e dos perigos em que incorria ao entrar numa luta pela igualdade intelectual e profissional, utilizando destemida e conscientemente a imprensa como uma arma: "Prevemos, não sem grande fundamento, que a questão que encetámos sobre o Conservatório, para attrairmos as atenções da imprensa e das autoridades sobre este importante Estabelecimento, vai-nos sair cara! Não importa!.. uma vez que entrámos na arena, recuar seria infamia".¹³

Do ideário d' *A Assembléa Litteraria* constava ser um espaço "onde os talentos se podessem livremente exercitar; e tentando derribar as barreiras de antigos errados preconceitos, para a justa, e gloriosa empresa de illustrar e moralisar o sexo educador do genero humano; aquellas que formando o coração do homem firmam nelle o seu domínio; tem na sociedade a maior influencia; e podem causar bens e males incalculaveis".¹⁴ Do mesmo modo, *A Cruzada* também serviria para "trabalhar pela instrucção do povo" porque neste país "os que mandam não teem curado [tanto dela] quanto devem, e podem".¹⁵

Com frontalidade denuncia publicamente a falta de interesse pela instrucção feminina principalmente das camadas menos privilegiadas fazendo simultaneamente uma espécie de relato da situação de então. Em 1849, n' *A Assembléa Litteraria*, aponta, entre outras coisas, a diferença entre as "antigas" concepções de educação masculina e feminina face à abertura do saber aos rapazes e a negação deste às raparigas que, como é referido pela vulgata sociológica, apenas sabiam bordar, tocar piano e cantar.

Lembra o tabu das gerações masculinas anteriores (e com certeza da sua), face ao que consideravam ser o perigo da alfabetização feminina, primeiríssima condição de entrada no mundo civilizado, que ela exorciza deste modo: "o saber-mos ler dá logar a aprendermos em livros que formem o nosso espirito".¹⁶ Mas, ultrapassada esta etapa inicial de aprendizagem, considera necessário orientar as raparigas porque tanto o acesso a obras literárias como o contacto com certas pessoas podiam ter efeitos corruptores. Aconselha aos educadores o afastamento

"d'esses perigosos romances e dramas licenciosos, onde parece que os seus auctores se engolfam na devassidão!".¹⁷ Mas, apesar de, para a época, a sua atitude ser evoluída e anti-discriminatória, está ainda eivada de traços conservadores ao partilhar os medos e receios dessa e de muitas outras gerações que, só muitas décadas mais tarde, seriam vencidos.

Na visão do tempo, incluindo a de Pusich, a formação cultural ou intelectual da jovem estava associada à possível perda de virtude pelo acesso a histórias que influenciassem negativamente a orientação da sua vida, porque a instrucção estava associada à moral.

Isto fazia parte de uma velha concepção de que a mulher era um ser fraco, facilmente influenciável, mais dominado pelo sentimento e imaginação. Enfrentava, por isso, perigos reais: "Os nossos antigos e honrados portuguezes temiam até ensinar suas filhas a ler e escrever, receiando que lessem livros perigosos, ou escrevessem a seus amantes".¹⁸ Havia a necessidade não só de ser orientada, protegida, mas também de ser comedida no saber, no lazer e no prazer, neste caso intelectual. Muita coisa se lhe deveria ocultar, tanta outra proibir. Para alguns dos educadores da época, talvez ainda a maioria, parece ser difícil separar o desenvolvimento intelectual e aquisição do saber da parte emocional e moral da educação das jovens: a alfabetização era acompanhada de graves riscos, tanto para os pais como para a sociedade.

Para além da análise da situação moral e intelectual das jovens e dos óbices ao seu desenvolvimento, analisa a autora, numa atitude crítica e muito consciente, outros aspectos não menos importantes. Fornece algumas pistas sobre o nível de instrucção da população feminina adulta que constata ser muito baixo. Segundo ela, mesmo o das classes mais elevadas, não era muito sólido, poucas senhoras sabendo ler e escrever bem: "poucas sabem fallar o patrio idioma, porque não aprenderam grammatica".¹⁹

Mesmo assim, reconhece haver "Algumas senhoras [...] muito instruidas, mas ou, por sua posição social não estão no caso de ser mestras, ou como excepções não podem entrar em regra".²⁰ O mais que conseguem fazer é ser professoras exemplares de suas filhas.²¹ Constata, por outro lado, que eram impedidas de exercer cargos públicos por condicionalismos de classe (e também de género, acrescentaríamos nós), dado que a profissão de professora ainda não estava vulgarizada. Assim, mesmo algumas mulheres instruídas não podiam dar o seu contributo para o desenvolvimento da instrucção. De facto, a profissão era, nesta altura, um factor hierarquizante e distintivo da classe: só trabalhava quem necessitava economicamente de o fazer.²²

Por outro lado, refere que a falta de instrucção atinge principalmente as classes mais desfavorecidas. Esta constatação deve, no entanto, ser lida no quadro dos índices de analfabetismo oitocentistas que são calamitosos para ambos os sexos, independentemente da classe. No entanto, o sexo masculino das classes superiores, era certamente o mais privilegiado.

Apesar do que acima se afirmou a respeito da equivalência entre classe e profissão, não é incorrecto o que se segue, por mais contraditório que pareça. De facto, o século XIX está cheio de incongruências que apenas servem para mostrar

como a sociedade se encontrava em profunda mudança. Por exemplo, as professoras dos asilos de órfãs já existentes na altura e até mesmo antes, não pertenciam às classes mais elevadas.

Põe-se aqui o problema da passagem diferencial, segundo as classes, do espaço privado para o público. De facto, esta passagem não se faz da mesma maneira em todas as classes. Na mais baixa, os espaços eram partilhados sem dificuldade, sem muitos entraves, pois a sobrevivência e a subsistência não se compadeciam com fronteiras de preconceitos. Apesar disso, o facto de existirem professoras constituía por si um grande avanço, já que se trata de uma profissão de natureza intelectual.

No específico contexto do artigo Pusich dá uma imagem muito negativa de algumas mulheres que ensinam "sem a precisa instrução litteraria" e enquanto a não tiverem que "ensinem a coser, marcar, bordar, musica, etc., porém a ler, escrever, contar, etc., não; e ainda menos outros estudos, que mal póde ensinar alguém o que mal sabe".²³ A autora considera-as incompetentes para o exercício de tal função, apontando as causas com agudeza e objectividade, tão difícil de ter. Objectividade esta que, mais tarde, Ramalho e Eça não teriam no que diz respeito à actividade intelectual feminina porque subjacente às suas posições, parece estar sempre presente uma virulenta subjectividade contra a maioria das mulheres, à excepção de algumas poucas como a Marquesa de Alorna e Maria Amália Vaz de Carvalho.

Pusich luta por que "haja escolas proprias, e privativas deste sexo; mestres escolhidos por seu saber, e probidade".²⁴ Não perdoa a incúria de alguns pais e sugere o ensino obrigatório, de modo a que se imponha "mesmo uma pena às mães, páes, ou parentes a quem pertençam, e que não as mandem educar; pois neste caso já não tem por desculpa a dar a falta de meios"²⁵ seguindo aliás a opinião de políticos da época. Elevando este problema a nível nacional, como muitos educadores o fizeram, a autora mostra as fatais consequências da inépcia, a inutilidade e futilidade do ensino nos termos em que estava, que mais parecem ser uma constante do século. Afirma por várias vezes que "Depende muito do Governo a educação moral, e instrução de um sexo que tanto tem influido e pode influir na sociedade, até pró, ou contra o mesmo Governo!".²⁶ Cerca de trinta e tal anos mais tarde, Ramalho e Eça repisarão algumas destas mesmas deficiências, em hilariantes crónicas.

Antónia Pusich deixa um importante testemunho no feminino sobre a época. De notar a invulgaridade e a ousadia das suas posições, onde mostra qualidades que eram, como diriam os oitocentistas, apanágio varonil, não só por fugir às temáticas e aos géneros habituais reservados às mulheres, mas também pela coragem em demonstrar publicamente através do seu próprio exemplo, apetências intelectuais consideradas, na época, meramente masculinas.

Por tudo isto se considera que o discurso de Pusich sobre a educação feminina revela uma mente intelectual, lúcida, combativa e com uma forte capacidade crítica.

Cerca de dezanove anos mais tarde, Francisca Martins Wood, juntamente com seu marido, William, de nacionalidade inglesa, aparecem no campo das letras,

talvez ainda com mais fulgor e virulência que Pusich. Fundou com William Wood os periódicos *A Voz Feminina* (1868) e *O Progresso* (1869), tendo dividido com ele a responsabilidade da direcção e redacção das duas revistas. É exemplar a intervenção literária e social deste casal nestas publicações que preencheram o inexistente "lugar" de discussão pública e de confronto de ideias. Parece mesmo que o discurso de ambos se poderia identificar como maçónico. A falta de provas neste momento inicial da investigação não permite tirar ilações definitivas sobre a questão.

Muito a par dos movimentos internacionais de emancipação e igualdade feminina, deixam nas publicações reflexões variadas sobre as suas iniciativas e sobre factos e ocorrências diversas relativas à promoção da igualdade. Com estes escritos, pretendem esclarecer, despertar, ilustrar e emancipar. Educar, para os responsáveis e colaboradores da revista, é corrigir a má ou deficiente formação havida, adquirindo conhecimentos, novas posturas e uma nova mentalidade. A 'promoção' desta identidade está relacionada com o conteúdo dado aos leitores, o qual se prende, uma vez mais, com a questão do género. Contrariando as habituais expectativas relativas às temáticas que o 'sexo fraco' cultivava, o casal Wood abriu as páginas das suas revistas femininas a assuntos sérios. Estes eram na maioria 'masculinos', de acordo com a perspectiva oitocentista, isto é, de natureza intelectual, como por exemplo, a emancipação das mulheres, a educação e a igualdade sexual, (a democratização da leitura, do ensino), a religião, indirectamente a política. A maioria destas temáticas era muito mal aceite pela sociedade de então, pelo modo progressista como eram encaradas. À semelhança das publicações de Antónia Pusich, também *A Voz Feminina* e *O Progresso* não privilegiaram a moda, identificada com a futilidade. Pode-se dizer que, nos escritos destas duas intelectuais, são abanados e abalados séculos de tradição e doutrina.

São nisso coerentes com o seu propósito editorial: dar uma nova imagem da mulher e provocar a transformação das mentalidades. Mesmo os géneros considerados menores, a ficção e a poesia, muitas vezes exercitados por mulheres, tinham frequentemente temáticas muito importantes reflectindo problemas prementes na altura: o adultério, o suicídio, a mulher coquete, a mulher ignorante.

Mas o problema subjacente a todos os outros era o da emancipação, o da igualdade, ou seja, mostrar pela diferença como há uma parte da humanidade que tem sido totalmente descurada. Francisca Martins Wood não se cansa, a propósito de tudo e de nada, de levantar "a voz em reivindicação dos direitos justos e inauferíveis do [seu] sexo [...] para provar logicamente a non-superioridade dessa metade do género humano que tão constante, tão assídua, e digamos, tão vilmente nos tem sempre menoscabado, nos seus escritos e nas suas acções!".²⁷ E, reflectindo sobre o passado histórico, explica as vantagens masculinas: "nós, mulheres, possuímos dados incontrovertíveis para negar e pronunciar irrisória a pretensão do homem a superioridade. Esta asserção não é gratuita, é baseada em factos e elucidada por factos. Abra-se o livro da história dessa metade da humanidade que desde que os séculos são séculos tem timonado os destinos do genero humano".²⁸

Às mulheres nunca são dadas as mesmas oportunidades de desenvolvimento intelectual, proibindo-se-lhe mesmo o estudo de várias disciplinas.²⁹ Jogo de

poderes e saberes em que a superioridade milenar de um vence a impreparação do outro. Para ela, a causa desta diferença resulta da desigual instrução ministrada aos dois sexos em que se valorizava a formação intelectual masculina. E pergunta: "O que seria o homem se a sua educação se limitasse ao estudo puramente manual do piano, a escrever, a ler duas ou três linguas e a falla-las pessimamente, aos primeiros rudimentos de geographia, a coser, bordar crochet, etc., etc."³⁰ Por causa disto mesmo sugere, como aliás a sua colega Pusich o tinha feito, que se disponibilize tudo para elas terem acesso a todas as matérias e se franqueiem "os agapes da ciência; proporcionem-se-lhe facilidades e protecção para estudar, taes como as que favorecem o desenvolvimento da intelligencia no outro sexo".³¹ Na verdade, estas capacidades femininas eram, na altura, já consideradas naturais por alguns, porque as suas concepções sobre a verdadeira natureza da mulher estavam em profunda ebulição.

Tentando contribuir para a construção de uma "nova mulher" e mostrando outras capacidades que não as habituais ligadas à vida doméstica ou à mundana, Francisca Wood trata, tal como Antónia Pusich, de uma área muito complexa e difícil, — a actividade intelectual feminina — por ainda ser um território masculino. Parte do princípio de que este exercício mental é independente do sexo, mas não de outros factores, como muito inteligente e criticamente constata: "Porque não poderão as senhoras escrever tão bem ou tão mal como os homens? Estamos a meados do século XIX e ainda não lhes parece isso impossível? As tolas e os tolos; as ignorantes e os ignorantes ou não escrevem ou escrevendo descrevem-se; ambos dizem tolices, ambos ostentam a sua falta de saber: as sensatas e os sensatos, as instruidas e os instruidos reproduzem-se como taes nos seus escritos. O sexo não influe nisso, mas sim o grau de talento com que nos achamos dotados e a cultura das nossas faculdades intellectuaes. Accostumem-se meus senhores e senhoras que duvidam, a crer que a instrução e as idéas que se adquirem estudando em diferentes paizes, as diferentes fases da familia humana equiparam a mulher ao homem".³²

A França, a Inglaterra e os Estados Unidos são tomados como exemplos da realização intelectual feminina, "as mulheres ali não [são] meramente escriptoras de romances, mas de obras profundamente philosophicas e eruditas".³³ A instrução, a cultura provocam a mudança, e os dotes dos dois sexos passam a poder equivaler-se. Já Stuart Mill, que Francisca Wood muito admirava, dizia nesta época algo de muito importante: "Aquilo que se chama agora natureza das mulheres é uma coisa eminentemente artificial - o resultado de uma repressão forçada em algumas direcções, uma estimulação forçada noutras".³⁴ O autor parece excluir qualquer tipo de preconceito sobre a natureza dos sexos e defende essa igualdade, apontando já o caminho para algumas das teorias mais tarde desenvolvidas pelas feministas.

A defesa da ideia de que a mulher também existe intelectualmente repete-se no mesmo jornal, por várias vezes, apesar de serem poucos os portugueses que, de facto, pensavam assim, pois a aceitação e comprovação desta realidade ainda tardaria na sociedade portuguesa. É assim que uma personagem coimbrã não especificada, que assina com o pseudónimo de Literatos, defende em correspon-

dência n' *A Voz Feminina* que a genialidade é assexuada. Insurge-se contra a injustiça do seu próprio sexo no que respeita à faceta mais descurada das mulheres, a intelectual: "Eu tenho como dogma que na alma não ha sexo, nem acho razão para que o talento seja só herança da varonia, e as lettras património dos homens".³⁵ Lamenta que assim se meta "um sexo (metade da especie humana) na roda dos engeitados! É peccar contra justiça e natureza; é defraudar-las de sua herança".³⁶

Mas, esta defesa parecia ser inútil pois a realidade era bem diferente. A maior parte das mulheres dormia a sono solto, cultivando as desvirtuadas "virtudes" femininas estabelecidas pela sociedade, em territórios consagrados pelos homens: "Umaz jazem inertes porque são naturalmente apathicas; outras porque a educação e o exemplo as tem inutilisado, outras porque o crochet e o bastidor lhes absorve as preciosas horas, outras emfim, porque affagam a noção antidiluviana de que a mulher litterata, mesmo aquella que trabalha pelo bem, pelo melhoramento da humanidade, porque é litterata, é irrisoria".³⁷ Isto revela a deprimente minoridade em que se encontravam e queriam permanecer: "As senhoras neste paiz, salvo uma pequenissima e honrosa fracção, não sabem e não querem saber que a mulher é pela sua qualidade de ente racional e cogitativo, intitulada a todas as regalias e privilegios que a outra metade da humanidade se ha até agora arrogado como de seu direito exclusivo".³⁸ Ainda estava longe o momento da consciencialização para a mudança e a actuação de Wood, entre outras, parecia surtir pouco efeito.

Estas críticas às senhoras portuguesas podemos lê-las igualmente em *Eça* e *Ramalho*, de maneira mais jocosa. Mas, a precisão, a agudeza e a observação inteligente da sociedade encontramos-las de certeza já nos testemunhos do casal Wood e na maioria dos colaboradores e colaboradoras destas revistas. Este atrevimento e rebeldia, principalmente o de Francisca Wood, viria a ter as consequências previsíveis numa sociedade que teimava em não mudar: o fim de *O Progresso*, em 1869 e com ele esta espécie de 'diálogo' social.

Toda a vida d' *A Voz Feminina* e d' *O Progresso* foi aliás atribulada. No cômputo geral das publicações oitocentistas em que a morte rápida da maior parte delas se sucedia quase logo ao seu nascimento, faz-nos pensar que estas duas revistas tiveram uma duração invejável, particularmente se atendermos às características de "insubordinação" e irreverência das mesmas. Este facto ficou a dever-se ao espírito de independência, à tenacidade, à coragem dos seus colaboradores e responsáveis. A aceitação e a rejeição da revista estiveram num permanente e instável equilíbrio.

Esta questão merece, de resto, uma reflexão. Dos exemplos que poderiam ser aduzidos escolhemos três de forma a ficarmos mais sintonizados com o espírito da época. O primeiro, de repúdio, tem um interesse especial, por ser a de uma conhecida e estimada figura pública, Maria Amália Vaz de Carvalho; os outros dois, de aceitação da revista pertencem ao redactor d' *O Correio dos Dois Mundos*, e a Júlio César Machado, o mais considerado folhetinista de então.

A recusa da escritora em colaborar n' *A Voz Feminina* é comentada por Francisca Wood na própria publicação. O fundo da questão parece estar relacionado

com os conceitos de género e sexo. Maria Amália, como nos informa Wood na sua revista, “é de opinião que as folhas diárias, as publicações ephemerias, o jornal emfim, deve ser masculino, exclusivamente masculino, porque só os homens teem o espirito positivo que esse genero demanda”.³⁹ Mas Francisca Wood mesmo até ao último número da publicação nunca se deixará intimidar por estas posições tão conservadoras e derrotistas respeitantes à igualdade feminina. Reagirá sempre com humor e aguerridamente. Diverte-se à custa da escritora mostrando desde o início firmeza e coragem. Mantém a sua faceta emancipadora comportando-se para a época com espírito varonil. Ao remoque da escritora que dizia exigir um homem para dirigir a revista responde: “Se assim é, já não nos falta tudo, tendo uns dito que a redactora desta folha é homem com bigodes retorcidos, outros que se quer fazer homem”.⁴⁰ Para além disto não poupa ninguém. Critica ainda irónica e mordazmente e com uma frontalidade e objectividade sem par, a atitude passiva das mulheres, mesmo as mais cultas, incluindo indirectamente a adversária à sua folha. Afirma que, se a publicação acabar, “não será por falta de varonilidade e denodo nas suas columnas, mas sim, por falta de entusiasmo e zelo das senhoras portuguezas, que, em geral, se negam a ajudar a empreza mesmo com o miseravel obolo que a folha custa”.⁴¹

Para Maria Amália Vaz de Carvalho, as atribuições e funções sociais, profissionais e intelectuais estavam bem definidas sexualmente. Era a visão biológica tradicional que prevalecia. No entanto, tudo nos leva a crer que ela se consideraria um caso à parte, um ser de excepção, dada a sua intensa actividade intelectual ao longo de anos. Teve do seu lado, em refrão, todas as vozes masculinas conservadoras que ela, muitas vezes, tão bem soube interpretar e reproduzir. Para ela, mulheres como Francisca Wood subvertiam os padrões sexuais por ousarem invadir e usurpar áreas de poder masculino. Eram, na verdade, encaradas por muitos, neste século, como mulheres-homens⁴² e como tal hostilizadas e segregadas.

As elogiosas opiniões de um colega anónimo d’ *O Correio dos Dois Mundos*, e do jornalista Júlio César Machado transcritas para *A Voz Feminina*, revelam a outra faceta da questão, muito menos representada em Portugal. Considera o primeiro que a revista e, portanto, a actividade de F. Wood era “util ao bello sexo e de muito valor para a sociedade em geral, [e ...] tem por fim diffundir no sexo feminino a indispensavel instrucção de que tanto carece para a sua verdadeira e bem entendida emancipação [porque] a mulher ignorante [...] não conta na sua vida mais do que uma unica pagina, onde se lêem poucas e lisongeiras linhas”.⁴³ Para ele, instrucção significava também libertação económica da mulher face ao homem, adquirida através da educação.

A outra opinião, igualmente elogiosa, é a de Júlio César Machado, jornalista e assíduo colaborador destas folhas, que nos diz que: “O jornal é intelligentemente dirigido por madame Wood, dama de grandes meritos e possui já uma collaboracão fluctuante em que figura um grande numero de senhoras portuguezas de talento, entre ellas [...] Guiomar Torresão, vocação litteraria distinctissima, folhetinista da folha e perola dos meus collegas”.⁴⁴

Face a esta dicotomia e atendendo às características da sociedade de então, é fácil perceber o fim da publicação e as causas que a conduziram a isso, como nos

diz Francisca Wood, a propósito das dificuldades que experimentou: “Os meios adoptados, ou mais bem os impulsos seguidos para me aniquilar, ou para me enterrar, (expressão de uma litterata) não teem tido outro effeito que o de me fazerem conscia da minha força; conscia da grande sombra que hei feito às minhas antagonistas [...] não podem ellas, apesar das suas artes mysticas e mesquinhas, impedir que o meu nome se ache archivado como o da primeira mulher que n’este paiz levantou a voz em pró dos direitos do seu sexo, e contra esse estado de abjecção moral e juridica em que se acha metade do genero humano a que pertence”.⁴⁵ Num país profundamente tradicional e tendo em conta as características dos portugueses, já apontadas, o lamento da redactora é um *leit-motiv* constante face às atitudes tomadas contra a publicação: “Um antagonismo cruel e quase incrível, mas à surdina, da parte das senhoras; um silêncio hostil da parte dos litteratos; uma opposição acerrima da parte das cabeças tonsuradas, são os elementos gelidos e desalentadores que me fazem recuar”.⁴⁶

Tudo isto a leva a desistir da folha ao fim de dois anos, mas não da luta que já encetara e levaria a cabo com as suas irmãs de armas a nível internacional. Apesar disso Francisca Wood sentiu a glória e a honra que lhe coube por ter, durante dois anos dirigido esta batalha. Vê assim os aspectos positivos da sua actuação na sociedade “não podem privar-me da honra, [...] da ufania de ter ha dois annos, apostolado esta santa e nobre causa unicamente pelo amor da causa”,⁴⁷ e reconhece a sua presença como única na defesa da igualdade dos direitos da mulher.

Os textos de Pusich e de Wood por nós consultados permitem ainda verificar como certas marcas da identidade masculina perderam a exclusividade. Transgredindo a norma, quebrando convenções relativas ao género, à linguagem, aos modos e temas cultivados, Antónia Pusich e Francisca Wood infringem os papéis sociais e intelectuais comumente aceites. Apropriam-se da cultura dominante, a masculina, e exercem funções exclusivas do outro sexo como as de jornalista, director de revista, educador, crítico, escritor, criador. Ambas demonstraram que o acto de criar, de pensar, de escrever, de raciocinar era algo que existia independentemente do sexo. Ambas questionaram o relacionamento escritor e público, pondo Pusich o problema da subordinação dos intelectuais a valores humanos, e Wood, a liberdade intelectual, temas estes tratados posteriormente também pela ‘geração de 70’.

Controlando o lado mais criticado da sua natureza, o emocional, puseram em evidência a existência de um outro, em que a lógica, a racionalidade e a cultura imperam na luta por ideais tão importantes como a educação, a instrucção, a igualdade feminina, as actividades intellectuais, nomeadamente no jornalismo que exerceram com profissionalismo. Também neste campo mostraram capacidades pouco comuns, saindo assim do anonimato, da vida privada, do lar, e entrando na temida, e ainda proibida vida pública que enfrentaram com dinamismo e sucesso, apesar dos muitos percalços sofridos. Nem sempre compreendidas e aceites, ousaram construir uma nova identidade feminina a nível cultural e social, negando o determinismo biológico defendido durante séculos.

Estes dois testemunhos são bons indicadores de como o público, em geral, e os intelectuais, em particular, não estavam, na maioria, preparados para aceitar qualquer transformação relativa às relações de poder entre os sexos.

3 Conclusão

Apesar dos esforços dos intelectuais progressistas para mudar a sociedade portuguesa, verificou-se quão difícil era essa tarefa, tendo em conta que as ideologias e os hábitos tradicionais estavam profundamente arraigados em todas as camadas da população, mesmo as mais instruídas. Não surpreende, pois, a dificuldade que todos tinham em compreender como a sociedade estava errada, por partir de princípios exclusivamente masculinos.

A paridade, a todos os níveis, principalmente intelectual, profissional e política era sonho de uma minoria e pesadelo da maioria. O homem português insistia nos padrões do passado, recusando-se a reconhecer que uma parte da humanidade, embora tendo teoricamente os mesmos direitos, tinha sido até à data excluída do seu usufruto. A própria geração de 70, que se manifestava contra a autoridade, a tradição e os modos de estar e sentir caducos, sendo contestadora em muitos domínios, não o foi relativamente à mulher.

Antónia Pusich e Francisca Wood foram pioneiras na reivindicação de uma igualdade prática ou social da mulher e demonstraram que as condições de acesso ao conhecimento eram contraditórias da dignidade humana na sua dimensão feminina. Elas próprias testemunharam que, para além das prendas habituais, coser, fazer meia, bordar de diversas maneiras, tocar piano, falar francês, era possível e necessário cultivar outras. Intervieram directa ou indirectamente na sociedade civil para melhorar as condições da mulher, para a reforma mental da sociedade portuguesa. Quiseram despertar uma nova mentalidade activa e lúcida.

Enquanto a igualdade tardava, a tradição impunha-se na sociedade, em consonância com as estruturas económicas, sociais e políticas que determinavam a manutenção da mentalidade tradicional. A industrialização que traria mudanças radicais nos hábitos de vida pessoal, familiar e profissional, como noutros países, ainda demoraria a surgir. O analfabetismo e a ignorância eram grandes. Tudo isto, e muitas outras razões, faziam que a sociedade fosse muito conservadora e impermeável à vinda de novas ideias, apesar de elas circularem em alguns meios de muito reduzida expressão.

O material considerado fez ressaltar alguns problemas do sexo e de género, mostrando também algo de novo sobre a actuação feminina na sociedade portuguesa. A diferenciação sexual começou a surgir de maneira acentuada, mas limitada. Os textos analisados permitiram igualmente, à luz das teorias do presente século, compreender que muitas das restrições impostas à mulher, há milénios, eram mais fruto de construções sociais, culturais, políticas e históricas, do que propriamente biológicas. Pudemos constatá-lo no que diz respeito à afirmação feminina em vários campos nomeadamente os da educação, da vida intelectual e profissional.

No seu conjunto, a breve história das posições femininas e masculinas sobre o papel da mulher na sociedade, mostrou como as ideias estão ao serviço das classes de poder, sendo impossível a quem está social e culturalmente, em situação minoritária, impor as suas ideias mesmo aos mais esclarecidos. O caso de Ramalho e Eça são particularmente significativos da dificuldade intelectual em aceitar a

mudança que altere privilégios e ideias feitas. Mudança que, sendo, no léxico português, uma palavra do género feminino, começaria a ver fazer-se-lhe jus, em termos da sua conotação sexual, se se reconhecesse o papel fundamental da mulher na construção da herança de igualdade que hoje consideramos apanágio das sociedades democráticas.

Notas

- 1 Este trabalho faz parte da minha Tese de Doutoramento.
- 2 Mary Wollstonecraft, *A Vindication of the Rights of Woman*, Londres, Penguin, 1992.
- 3 John Stuart Mill, *The Subjection of Women*, Nova Deli, Deep & Deep Publications, 1995.
- 4 Henrietta L. Moore, *Antropología y feminismo*, (Trad. Jerónima García Bonafé), Madrid, Cátedra, 1996, p. 36, 2.^a ed.
- 5 Raquel Osborne, *La construcción sexual de la realidad*, Madrid, Cátedra, 1993, p. 57.
- 6 Desconhecem-se as datas de nascimento e óbito da escritora. Cf., "Francisca de Assis Martins Wood", *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, 36, Lisboa, Rio de Janeiro, ed. Enciclopédia, Lda, 1945, pp. 916-917.
- 7 É de notar que, uns anos antes, Catarina de Andrada fora juntamente com o marido responsável pela revista *L'Abeille* assumindo mais tarde a direcção sozinha.
- 8 D. António da Costa, *A Mulher em Portugal, obra Póstuma Publicada em Benefício de uma Criança*, Lisboa, Companhia Nacional ed., 1892, p. 306.
- 9 Antónia G. Pusich, "Introdução", *A Beneficencia*, 1 (Nov) 1852, p. 1.
- 10 *Id.*, "A Assembleia Literária", *A Assembléa Litteraria*, 22 (Jan) 1850, p. 169.
- 11 *Id.*, "Conservatório", *A Assembléa Litteraria*, 34 (Jun) 1850, p. 17.
- 12 *Id.*, *Ibid.*, p. 17.
- 13 *Id.*, *Ibid.*, p. 17.
- 14 *Id.*, "A Assembleia Literária", *A Assembléa Litteraria*, 22 (Jan) 1850, p. 169.
- 15 *Id.*, "A Portugal", *A Cruzada*, 1 (Nov) 1858, p. 1.
- 16 *Id.*, "Educação", *A Assembléa Litteraria*, 4 (Ago) 1849, p. 26.
- 17 *Id.*, *Ibid.*, p. 27.
- 18 Antónia G. Pusich, "Educação", *A Assembléa Litteraria*, 4 (Ago) 1849, p. 26.
- 19 *Id.*, *Ibid.*, p. 26.
- 20 *Id.*, *Ibid.*, p. 26.
- 21 Cf. *Id.*, *Ibid.*, p. 25.
- 22 Maria Amália Vaz de Carvalho repeti-lo-ia mais tarde, em 1891, dizendo que, para os portugueses, "o trabalho é ainda e sempre o castigo hereditário e a mancha plebleia", *in suo*, *Cartas a uma Noiva*, Porto, Imprensa Portuguesa, s. d., p. 39, 8.^a ed.
- 23 Antónia G. Pusich, "Educação", *A Assembléa Litteraria*, 4 (Ago) 1849, p. 26.
- 24 *Id.*, *Ibid.*, p. 27.
- 25 *Id.*, *Ibid.*, p. 27.
- 26 *Id.*, *Ibid.*, p. 27.
- 27 F. (Francisca) Wood, "s. título", *O Progresso*, 93 (Out) 1869, p. 175.

- 28 *Id., Ibid.*, p. 175.
- 29 Na sua revista aconselham-se novas disciplinas para as raparigas, como a geografia e a matemática.
- 30 F. (Francisca) Wood, "s. título", *O Progresso*, 93 (Out) 1869, p. 175.
- 31 *Id., Ibid.*, p. 175.
- 32 *Id.*, "Declaração", *A Voz Feminina*, 35 (Set) 1868, p. 1.
- 33 *Id., Ibid.*, p. 1.
- 34 John Stuart Mill, "What is now called the nature of women is an eminently artificial thing — the result of forced repression in some directions, unnatural stimulation in other" in, *The Subjection of Women*, Nova Deli, Deep & Deep Publications, 1995, p. 26.
- 35 Literatos, "Correspondências [Cartas dirigidas por literatos à colaboradora Lília Torres e à redactora e uma outra de Albufeira]", *A Voz Feminina*, 26 (Jul) 1868, p. 4.
- 36 *Id., Ibid.*, p. 4.
- 37 Francisca Wood, "As damas em Londres", *A Voz Feminina*, 45 (Nov) 1868, p. 1.
- 38 *Id.*, "s. título", *O Progresso*, 94 (Out) 1869, p. 179.
- 39 A Redactora [Francisca Wood], "Correspondência", *A Voz Feminina*, 25 (Jul) 1868, p. 4.
- 40 *Id., Ibid.*, p. 4.
- 41 *Id., Ibid.*, p. 4.
- 42 Cf. Oliveira Marreca, "Educação das mulheres", *Jornal Mensal da Educação*, 1835, in *Cecília Barreira, ed., Obra económica, (1835-1843)*, 1, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1983, p. 38.
- 43 S.a., "A Voz Feminina" (retirado de *O Correio dos Dois Mundos*), *A Voz Feminina*, 27 (Jul) 1868, p. 1.
- 44 Júlio César Machado, "Notícia da Voz Feminina pelo sr. J. C. Machado, Revolução de Setembro de 19 de Julho", *A Voz Feminina*, 29 (Jul) 1868, p. 1.
- 45 F. Wood, "s. título", *O Progresso*, 94 (Out) 1869, p. 179.
- 46 *Id., Ibid.*, p. 179.
- 47 *Id., Ibid.*, p. 179.